Globethics Repository



A sociedade assume uma postura cínica de cumplicidade [Society takes a cynical stance of complicity]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Carballo Blanco, Antonio Carlos
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-03 09:28:54
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162516

"A sociedade assume uma postura cínica de cumplicidade"

Entrevista com Antonio Carlos Carballo Blanco

Antonio Carlos Carballo Blanco é graduado em Direito pela Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Fez os cursos de Formação de Oficiais – Academia de Polícia Militar D. João VI (1984-1986), de Aperfeiçoamento de Oficiais na Escola Superior de Política Militar (1996) e Superior de Polícia Militar, na Escola Superior de Polícia Militar da Universidade Federal Fluminense (2002). Atualmente, Blanco é professor do Curso de Extensão em Segurança Pública da UERJ e chefe da Seção de Apoio Administrativo do Comando de Policiamento da Capital, do Estado do Rio de Janeiro. É também Tenente Coronel da PM do Rio de Janeiro.

A entrevista que segue foi concedida por e-mail à ***IHU On-Line.*** Nela, Blanco analisa os ataques realizados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), ocorridos em diversos estados brasileiros, bem como o sistema policial e judiciário brasileiro. Em seu ponto de vista, os recentes acontecimentos demonstram que as instituições republicanas, sobretudo aquelas ligadas ao sistema de justiça criminal brasileiro, estão falidas. Entretanto, Blanco afirma que o governo não sucumbiu ao crime organizado. "Existe fôlego institucional suficiente para fazer frente à estrutura do crime organizado. Contudo, a tarefa não é fácil."

***IHU On-Line* - Como o senhor avalia os acontecimentos recentes nos diversos presídios?**

Antonio Carlos Carballo - Os acontecimentos recentes nos diversos presídios são resultados diretos da omissão e da permissividade do Estado brasileiro. Tais acontecimentos expressam a falência das instituições republicanas, principalmente àquelas que compõem o sistema de justiça criminal brasileiro. No plano das políticas públicas de prevenção do delito, de inspiração político-social, o cenário é ainda mais dramático: a ausência do Estado é patente nas comunidades populares onde se observa o total descaso dos órgãos oficiais e das autoridades públicas em questões essenciais relacionadas com a prestação de serviços públicos básicos, num esforço integrado de prevenção primária com especial ênfase para a educação, a saúde, a segurança pública, o esporte, a cultura, o lazer, trabalho, renda etc. Trata-se de um outro território, com regras próprias de convivência social, no qual a população que nele se insere é dominada pelo medo imposto por criminosos armados. O Poder Público, por sua vez, estimula tacitamente tal situação, omitindo-se diante do grave problema social que assola moradores dessas comunidades e periferia e permitindo, por exemplo, a ocupação do solo e o crescimento

desordenado desses espaços geográficos. As favelas são, portanto, verdadeiras prisões sociais, desprovidas de infra-estrutura básica e de serviços capazes de empreender o desenvolvimento e comunitário, sempre na perspectiva de gerar e consolidar as necessárias e fundamentais condicionantes de sociabilidade, que constitui valioso pressuposto de ação democrática e fator decisivo para a implementação de práticas permanentes de justiça e cidadania.

Organizações criminosas conectadas em rede

Não obstante, à guisa de expressar algumas considerações sobre prevenção secundária, cumpre ressaltar que as instituições de segurança pública estão cada vez mais obsoletas, isoladas em práticas de gestão anacrônicas, desarticuladas entre si. O mesmo não ocorre com as organizações criminosas. Enquanto os órgãos de segurança pública operam isoladamente, obedecendo a uma lógica de funcionamento organizacional de matriz piramidal, as organizações criminosas encontram-se conectadas em rede, operando com métodos de gestão não-convencionais, porém ágeis e eficazes.

Enquanto num país que apresenta elevado nível de civilidade a Polícia é chamada a intervir secundariamente, de forma preventiva ou repressiva, uma vez esgotados os esforços governamentais de prevenção primária, no nosso caso tal intervenção ocorre de forma reativa, repressiva e desqualificada, antecedendo as ações de prevenção primária. O resultado dessa mistura explosiva é extremamente danoso para a sociedade e, em certa medida, ajuda a explicar as tragédias circunscritas ao cotidiano urbano, como, por exemplo, o incremento dos índices de violência e de criminalidade. Nesse contexto, o esforço de prevenção terciária ou a prevenção da reincidência é ineficaz, inócuo, haja vista a inexistência de uma política de ação socioeducativa e penal consistente e qualificada. O sistema funciona quase que exclusivamente como repositório da "escória humana" não eliminada pela ação da Polícia. Nessa situação de abandono e desesperança, a sociedade cumpre o seu papel, assumindo uma postura cínica de cumplicidade. Outro aspecto não menos importante reside nos fatores socioeconômicos que conformaram a cultura brasileira, no modelo de sociedade relacional, que é onde os particularismos privados regem as relações de poder, fazendo do espaço público, da coisa pública, uma extensão dos interesses privados, campo fértil para o desenvolvimento de concepções e ações patrimoniais, expressão maior da ação burocrática do Estado e do poder político legalmente constituído.

***IHU On-Line* – A polícia tem uma cultura militarista? Que conseqüências isso traz?**

Antonio Carlos Carballo - Sem dúvida. Ainda hoje o ensino policial militar, bem como a própria prática organizacional, através das rotinas administrativas e operacionais, privilegia conteúdos programáticos e orientações metodológicas de natureza didático-pedagógicas ou não baseadas nos conceitos e preceitos que configuram o ideário preconizado pelo paradigma militarista e pelo academicismo jurídico. Essa bipolaridade se traduz, por exemplo, nas relações internas de subalternidade, mormente marcadas por uma noção extremamente autoritária do significado da hierarquia e da disciplina. Essa realidade institucional contribui, sobremaneira, para pautar o imaginário coletivo da instituição policial, favorecendo o surgimento de padrões e posturas comportamentais inibidoras do pensamento e da construção de um saber crítico, efetivamente orientado para a produção científica e para o desenvolvimento de uma cultura profissional genuinamente policial. As

conseqüências dessa cultura militarista estão associadas a um modelo de ação mecanicista, que desconsidera, por exemplo, as constantes mudanças ocorridas no ambiente externo e a premente necessidade de adequação diante das demandas e das expectativas da sociedade. O efeito imediato decorrente de tal modelo indica o padrão reativo e desqualificado das práticas policiais operacionais repressivas.

***IHU On-Line* - Que mudanças urgentes são necessárias no sistema penal e penitenciário brasileiro?**

Antonio Carlos Carballo - De uma forma geral, o sistema de justiça criminal brasileiro, não obstante a necessidade de serem promovidas algumas reformas e ajustes legislativos, principalmente no caso das instituições policiais, carece de importantes investimentos, sobretudo na área de gestão. À guisa de reflexão, poder-se-ia aplicar, no do sistema penal, penas alternativas em substituição às penas de reclusão, que deveriam ser destinadas, exclusivamente, aos indivíduos considerados efetivamente perigosos. Outra providência, esta no âmbito do sistema penitenciário : por incrível que pareça à primeira vista, refere-se ao simples cumprimento da Lei de Execuções Penais, propiciando ao indivíduo recluso condições dignas de cumprimento da pena, aplicando, de forma rigorosa, as sanções disciplinares devidas devido à falta praticada.

***IHU On-Line* – Acha que o governo sucumbiu ao crime organizado?**

Antonio Carlos Carballo - Não. Existe fôlego institucional suficiente para fazer frente à estrutura do crime organizado. Contudo, a tarefa não é fácil. Exige, em primeira instância, a participação ativa da sociedade, de libertar-se do particularismo e da visão patrimonial e reconhecer a coisa pública, o espaço público, como sendo a verdadeira dimensão democrática para o desenvolvimento social sustentado, com valorização e respeito pelos padrões mínimos de civilidade e cidadania. Outro ponto importante consiste na promoção das reformas institucionais que a sociedade demanda e que o atual sistema de justiça criminal exige, sobretudo, na área de gestão. É necessário, portanto, estabelecer um novo pacto político e social em torno dessas mudanças.

***IHU On-Line* - Uma maior intervenção do governo federal, enviando tropas do Exército para São Paulo poderia ser solução?**

Antonio Carlos Carballo - Não. O exército possui missão constitucional definida, além de não ter recebido, pela própria natureza funcional, específica, preparo adequado para o exercício das funções policiais. A presença do Exército nas ruas poderia, desde que circunscrita, territorialmente, a algumas funções de vigilância que não se confunde tampouco caracteriza o exercício da função policial, funcionar tão somente como um paliativo de pouco impacto e de pouca sustentação espacial e temporal.

***IHU On-Line* - O senhor acredita que soluções duras, parecidas com as da Colômbia, que fez um acordo, permitindo a extradição de chefes de seus cartéis para as prisões dos EUA, funcionam?**

Antonio Carlos Carballo - Não. O caso Colômbia representa, em certa medida, uma afronta ao conceito de soberania nacional e reafirmação hegemônica dos EUA. Contudo, num plano mais abrangente, admito a possibilidade de um Tribunal Internacional para o julgamento de crimes transnacionais e outros associados às novas ameaças como, por exemplo, o terrorismo.

***IHU On-Line* - Que saídas podem ser adotadas diante do quadro atual?**

Antonio Carlos Carballo - As possíveis saídas diante de um quadro tão grave e

violento não devem obedecer a uma lógica voluntarista com ações episódicas e espetaculares. As ações de controle imediato por si só são insuficientes para abranger todas as dimensões e dinâmicas concorrentes e / ou determinantes que o quadro geral apresenta. Portanto, para além das ações acima referenciadas, especificamente no que tange à ampliação das penas alternativas e ao fiel cumprimento da Lei de Execução Penal, é necessário, para uma melhor compreensão do problema e o correto encaminhamento das questões correlatas, organizar e sistematizar os diferentes aspectos envolvidos nessas dimensões e dinâmicas e elaborar um planejamento tecnicamente orientado com vistas à promoção de ações efetivas de intervenção sobre a realidade. O trabalho requer, preliminarmente, além do esforço solidário – articulado e integrado – de toda a sociedade civil organizada e, principalmente, das instituições públicas – nos três níveis federativos – e privadas, direta ou indiretamente envolvidas com a problemática da violência e da criminalidade, um bom diagnóstico, sustentado por dados e informações consistentes e qualificadas. Outra medida de primeira grandeza consiste na criação e produção de uma rede institucional operacional objetivando consolidar a comunicação entre as diferentes interfaces do sistema de justiça criminal. Por último, é de fundamental importância que haja um adequado aporte de recursos financeiros suficientes para que as ações planejadas sejam efetivamente concretizadas.

***IHU On-Line* - Como o senhor classificaria os diversos debates, as reações da população, dos intelectuais, da imprensa, especialmente em São Paulo a partir da violência dos últimos dias?**

Antonio Carlos Carballo - São debates heterogêneos que oscilam entre as propostas emocionadas de resolução de conflito que estimulam o retorno à barbárie e propostas de conteúdo progressistas que primam pelo estabelecimento de padrões mínimos de civilidade no marco legal do Estado democrático de direito. A população reage com medo e insegurança, com um forte sentimento e tendência de deixar-se seduzir pelos discursos conservadores e reacionários que apregoam soluções penais mais duras, incluindo nestas a pena capital levada a efeito, por exemplo, por meio de práticas policiais arbitrárias. Os intelectuais progressistas, por sua vez, reagem em prol da legalidade, do respeito e da consolidação do Estado democrático de direito. Enfim, a visão retrata um movimento amplo que contempla ações tecnicamente orientadas para a construção coletiva de um projeto de nação civilizada.